



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

### OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a diversas secretarias do Município de Japaraíba/MG, compreendendo a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 70.003,62 (Setenta mil, três reais e sessenta e dois centavos)

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR VALOR GLOBAL

### MODO DE DISPUTA

ABERTO

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

### SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)



**EDITAL Nº 054/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026**

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA, CNPJº 18.306.654/0001-03, sediado a Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, Centro, Japaraíba/MG, CEP 35.580-000, neste ato representado através do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria Nº 072/2026, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, dos Decretos Municipais nº 076/2023; 003/2024; 004/2024; 005/2024; 006/2024 e 007/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

Contratação de Empresa Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a diversas secretarias do Município de Japaraíba/MG, compreendendo a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários, conforme a tabela abaixo e as condições deste instrumento e seus anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas e ainda possuir chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico licitanet.

2.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

Plano Avulso	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 143,00	R\$ 260,00	R\$ 395,00	R\$ 629,00

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.3 e 7.14.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

3.9. Produzidos no País;

3.10. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

3.11. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

3.12. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

3.13. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



3.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

3.15. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.16. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.18. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.18.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.18.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.19.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.19.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.20. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.21. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.22. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário por item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas previstos no item 4.9;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor ofertado por item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de menor valor ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).





6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem inferior ao preço mínimo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

### **7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.2.1.1. Ato Constitutivo;

7.2.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

7.2.1.3. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

7.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

7.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.1.6. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

7.2.1.7. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

7.2.1.7.1. Documentos pessoais dos sócios/administradores

### **A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA SERÁ AFERIDA MEDIANTE A VERIFICAÇÃO DOS SEGUINTE REQUISITOS:**

7.2.1.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.1.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.1.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.2.1.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.1.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.1.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.1.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.1.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.1.8. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.1.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz

b) Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial

### **7.2.2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

7.2.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### **7.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

7.2.3.1. Para fins de comprovação da aptidão técnica necessária à execução do objeto contratual, a licitante deverá apresentar:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação anterior de serviços compatíveis com o objeto, em exigência proporcional e sem restrição indevida à competitividade;

7.2.3.2. Comprovante de licenciamento/autorização de funcionamento junto à autoridade sanitária competente e ao órgão ambiental, na forma do art.4º e parágrafo único da RDC ANVISA nº622/2022.

7.2.3.3. Comprovação de responsável técnico habilitado, com registro no respectivo conselho profissional, conforme art. 7º, §§ 1º e 2º, da RDC ANVISA nº 622/2022.

### **7.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do



disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por sistema eletrônico.

7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.12. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

7.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.13. É DE RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONFERIR A EXATIDÃO DOS SEUS DADOS CADASTRAIS NO SICAF E MANTÊ-LOS ATUALIZADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO, DEVENDO PROCEDER, IMEDIATAMENTE, À CORREÇÃO OU À ALTERAÇÃO DOS REGISTROS TÃO LOGO IDENTIFIQUE INCORREÇÃO OU AQUELES SE TORNEM DESATUALIZADOS. (IN Nº 3/2018, ART. 7º, CAPUT).**

**7.13.1. A NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ITEM ANTERIOR PODERÁ ENSEJAR DESCLASSIFICAÇÃO NO MOMENTO DA HABILITAÇÃO. (IN Nº 3/2018, ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO).**

7.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) HORAS, contado da solicitação do pregoeiro.

7.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



**7.15. A VERIFICAÇÃO NO SICAF OU A EXIGÊNCIA DOS DOCUMENTOS NELE NÃO CONTIDOS SOMENTE SERÁ FEITA EM RELAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR.**

7.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.16.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

8.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do contrato, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.





8.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada na sede da Prefeitura Municipal.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;



- 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. Fraudar a licitação
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e



10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. Anexo I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice Anexo I

12.11.1.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.1.3. Apêndice do Anexo II

12.11.1.4. Anexo III –Declaração Unificada

Japaraíba, 30 de junho de 2026

Elaine Maria Fernandes  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO FASE INTERNA



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a diversas secretarias do Município de Japaraíba/MG, compreendendo a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários, conforme a tabela abaixo e as condições deste instrumento.

Item	Quant.	Unid.	Descrição detalhada do serviço
01	43.554	m²	Serviço de desinsetização, com métodos eficazes, para combater baratas, moscas, traças, percevejos, cupins, escorpiões, formigas e larvas de mosquitos, inclusive em espelhos d'água e canteiros, com fornecimento total de materiais, mão de obra e equipamentos, em 2 (duas) aplicações semestrais.
02	15.402	m²	Serviço de desratização, com métodos eficazes e seguros, para o controle e a eliminação de roedores, mediante instalação de caixas porta-isca com raticidas autorizados pelos órgãos competentes, posicionadas estrategicamente. Nas caixas porta-isca serão realizadas inspeções periódicas, com reposição das iscas a cada 90 (noventa) dias ou sempre que necessário, durante toda a vigência contratual, adotando-se método atóxico onde não for possível o uso de raticidas. O monitoramento e as reposições integram o preço do item (obrigação de resultado), sem cobrança adicional.

**1.2.** O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818/2021.

**1.3.** Os serviços são comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado.

**1.4.** A prestação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedada qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta.

**1.5.** O objeto é serviço de natureza continuada. A vigência inicial é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observada a vigência máxima decenal.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Prefeitura tem o compromisso de garantir ambiente seguro e saudável a cidadãos, servidores e frequentadores dos espaços públicos, sendo imprescindível a contratação de serviço especializado de controle de pragas e vetores.

**2.2.** Tem-se constatado presença significativa de escorpiões, sobretudo nas escolas municipais, com risco à saúde e à segurança de crianças, servidores e população. A presença de insetos e roedores compromete a higiene e favorece a transmissão de doenças.





**2.3.** Os serviços abrangem unidades escolares, esportivas, a Biblioteca Municipal, unidades administrativas e de saúde e demais prédios públicos — locais de grande fluxo e essenciais à prestação de serviços à comunidade.

**2.4.** A ausência de medidas eficazes pode resultar em acidentes graves, especialmente com escorpiões de potencial venenoso, mais perigosos para crianças e idosos. Justifica-se, assim, a execução periódica do serviço.

**2.5.** Com a contratação, mitigam-se riscos por meio de medidas preventivas e corretivas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, como medida de proteção à saúde pública.

### **3. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** Início da execução: a partir da data estabelecida na ordem de início de execução dos serviços.

**3.2.** Cronograma: os serviços serão executados em até 5 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço, em 2 (duas) aplicações semestrais, com intervalo de 180 (cento e oitenta) dias entre elas.

#### **3.3. Locais de prestação**

**3.3.1.** A desinsetização (Item 01) será prestada nos seguintes endereços:

- Escola Municipal São Simão — Rua Paralela, nº 16, São José.
- Escola Municipal José Eustáquio Borges — Rua João Borges Barbosa, nº 1366, Distrito de Capoeirão.
- Escola Municipal Paulo Jacinto de Mendonça — Rua Joaquim José Lopes, nº 567, André e Chiquinha.
- CEMEI Vó Tereza — Rua Antenor Florêncio Dias, nº 468, São José.
- Creche Municipal Dona Zizica — Rua 01, nº 1662, Distrito de Capoeirão.
- Poliesportivo Centro — Avenida Francisco Tavares Moraes, nº 3, Centro.
- Poliesportivo São José — Rua Maria Madalena, nº 121, São José.
- Poliesportivo e Centro Comunitário Capoeirão — Rua Etelvino Cesário, nº 39, Distrito de Capoeirão.
- Biblioteca Municipal — Rua Olegário Bernardes Amorim, Centro.
- Velório Municipal — Rua Olegário Bernardes Amorim, Centro.
- Piscina Municipal de Hidroginástica — Rua Joaquim José Lopes, nº 545, André e Chiquinha.
- Prefeitura Municipal de Japaraíba — Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, Centro.
- Secretaria de Educação — Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 34, Centro.
- Policlínica — Rua Antenor Florêncio Dias, s/n, São José.
- Farmácia Municipal — Rua João Francisco Lopes, nº 457, São José.
- Conselho Tutelar — Rua Nossa Senhora do Rosário, Centro.
- CRAS unidade 1 — Rua Antenor Florêncio Dias, nº 498, São José.
- CRAS unidade 2 — Rua João Borges Barbosa, Distrito de Capoeirão.
- Secretaria de Políticas Sociais — Rua José Evangelista Sobrinho, nº 145, Centro.
- Galpão do Parque Municipal José Virgílio dos Santos — Rua 4, nº 755, São José.
- UBS-Unidade de Saúde — Rua Antenor Florencio Dias, S/N, São José.

**3.3.2.** A desratização (Item 02) será prestada nas unidades indicadas na tabela do Item 02 (item 12), nos respectivos endereços acima.



**3.4.** Os serviços serão prestados, prioritariamente, de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, ou em outro dia e horário previamente agendado com a Administração.

**3.5. Informações para o dimensionamento da proposta**

**3.5.1.** A Contratada realizará 2 (duas) aplicações no período de 12 (doze) meses.

**3.5.2.** Executará a desinsetização e a descupinização para eliminar e prevenir baratas, cupins, formigas, mosquitos e demais insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes.

**3.5.3.** Executará a desratização nos prédios indicados, mediante instalação e monitoramento de caixas porta-isca com raticidas regularizados, em pontos estratégicos. Serão realizadas inspeções periódicas, com reposição das iscas a cada 90 (noventa) dias ou sempre que necessário, e medidas atóxicas complementares. O monitoramento e as reposições, ao longo dos 12 meses, integram o preço do Item 02, como obrigação de resultado, sem ônus adicional.

**3.5.4.** Para a execução dos serviços de desratização, a contratada deverá disponibilizar e manter o **mínimo de 01(um) porta-isca a cada 05(cinco) metros quadrados**. A distribuição das caixas deverá ser realizada em locais estratégicos, conforme avaliação técnica da contratada, visando garantir a eficiência do controle de roedores. A quantidade estabelecida é mínima, podendo ser ampliada conforme avaliação técnica, sempre que necessário para assegurar a adequada execução dos serviços, visando garantir a efetividade do controle de roedores.

**3.5.5.** Os serviços serão obrigatoriamente refeitos, por execução da garantia, na hipótese de reinfestação ou de ineficácia verificada, sem ônus adicional à Contratante.

**3.5.6.** A Contratada fornecerá os produtos, equipamentos e instrumentos necessários, empregando materiais de qualidade (gel, pó químico, inseticida, iscas), conforme a praga/vetor, reconhecidos e aprovados pelos órgãos sanitários competentes.

**3.5.7.** Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos competentes e ser inócuo à saúde humana; não se admitirá produto que danifique mobiliário, equipamentos, instalações ou caixas d'água, provoque alergias ou seja nocivo às pessoas.

**3.5.8.** A Contratada identificará seus equipamentos e utensílios, para não os confundir com os da Contratante, e não os armazenará nos prédios públicos.

**3.6. Obrigações de execução**

**3.6.1.** Apresentar o receituário 2 (dois) dias antes das datas dos serviços, assinado pelo responsável técnico, com as recomendações e os antídotos dos produtos, para informações médicas.

**3.6.2.** Comunicar, 2 (dois) dias antes, o produto, o princípio ativo, a dose, os EPIs e os nomes dos técnicos aplicadores, com assinatura do responsável técnico.

**3.6.3.** Fixar, em local visível, o comprovante de execução dos serviços imediatamente após a sua realização, e emitir a certificação dos serviços em até 2 (dois) dias úteis.

**3.6.4.** Apresentar Relatório dos Serviços com a Nota Fiscal, discriminando locais e datas de início e término, para o atestamento pelo gestor.

**3.7.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato, dadas as características do objeto.

**4. SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## 5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**5.1.** O contrato será executado fielmente pelas partes, na forma da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato e respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

**5.3.** Fiscalização técnica: caberá ao Subsecretário de Educação, que anotarás as ocorrências, emitirá notificações para correção, fixará prazos e reportará ao gestor as situações que ultrapassem sua competência. Ficará sob a responsabilidade do Sr. Geraldo Heleno Borges, e-mail [educacao@japaraiba.mg.gov.br](mailto:educacao@japaraiba.mg.gov.br)

**5.4.** Fiscalização administrativa: verificará a manutenção das condições de habilitação, o empenho, o pagamento, as glosas e os apostilamentos e aditivos. Ficará sob a responsabilidade da Sra. Yasmin Modesto Miranda, e-mail: [of@japaraiba.mg.gov.br](mailto:of@japaraiba.mg.gov.br)

**5.5.** Gestão do contrato: caberá ao Secretário Municipal de Administração e Governo, que coordenará o acompanhamento, o histórico de gerenciamento, a avaliação de desempenho e a instrução de eventuais processos de responsabilização, e-mail: [administracao@japaraiba.mg.gov.br](mailto:administracao@japaraiba.mg.gov.br)

## 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**6.1.** Medição: a medição será feita por aplicação efetivamente executada, com base na metragem (m²) atendida, mediante Relatório Técnico de Execução e comprovante dos serviços, atestados pela fiscalização. No Item 02, a remuneração contempla a instalação e o monitoramento das caixas porta-iscas ao longo da vigência, sem medição autônoma das visitas de reposição.

**6.2.** Recebimento: a Administração reserva-se o direito de não receber serviços em desacordo com as especificações.

**6.3.** Liquidação: recebida a nota fiscal, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação, verificando-se os elementos essenciais do documento (validade, emissão, dados do contrato, período de execução, valor e retenções).

**6.4.** A nota fiscal será acompanhada das comprovações de regularidade fiscal e trabalhista (Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT).

**6.5.** Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação, por ordem bancária, efetuadas as retenções tributárias cabíveis.

## 7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

### 7.1. Habilitação jurídica

**7.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, conforme o tipo societário (MEI: CCMEI; sociedade empresária/SLU; sociedade simples; cooperativa, na forma do art. 107 da Lei 5.764/71), acompanhado das alterações ou da consolidação.

### 7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**7.2.1.** Inscrição no CNPJ; regularidade perante a Fazenda Nacional (RFB/PGFN, inclusive Seguridade Social), a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal do domicílio; regularidade com o FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**7.2.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto.



### 7.3. Qualificação econômico-financeira

**7.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

### 7.4. Qualificação técnica

**7.4.1.** Comprovante de licenciamento/autorização de funcionamento junto à autoridade sanitária competente e ao órgão ambiental, na forma do art. 4º e parágrafo único da RDC ANVISA nº 622/2022.

**7.4.2.** Comprovação de responsável técnico habilitado, com registro no respectivo conselho profissional, conforme art. 7º, §§ 1º e 2º, da RDC ANVISA nº 622/2022.

**7.4.3.** Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação anterior de serviços compatíveis com o objeto, em exigência proporcional e sem restrição indevida à competitividade.

## 8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**8.1.** O fornecedor será selecionado mediante LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, adjudicação por LOTE ÚNICO (menor preço global), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Justifica-se o lote único pela natureza complementar e correlata dos serviços (controle integrado de pragas e vetores), executados nas mesmas unidades, com ganho de eficiência, padronização e unidade de responsabilidade técnica e de fiscalização, sem prejuízo à competitividade.

**8.3.** O fornecimento será integral, e a execução obedecerá ao cronograma semestral, conforme o ETP.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**9.1.** As despesas correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Municipal, pelas seguintes dotações:

Unidade	Funcional programática	Ficha
02.03.01	04.122.0004.2010 – 3.3.90.39	105
02.06.02	12.365.0008.2051 – 3.3.90.39	312
02.06.02	12.365.0008.2058 – 3.3.90.39	349
02.06.02	12.365.0008.2061 – 3.3.90.39	377
02.06.05	13.392.0009.2073 – 3.3.90.39	434
02.06.01	12.122.0008.2046 – 3.3.90.39	283
02.06.07	27.812.0011.2079 – 3.3.90.39	467
02.06.07	27.813.0011.2083 – 3.3.90.39	488



Unidade	Funcional programática	Ficha
02.05.01	10.301.0005.2024 – 3.3.90.39	903
02.09.03	15.451.0012.2112 – 3.3.90.39	858
02.11.01	20.605.0017.2140 – 3.3.90.39	783
02.08.01	08.244.0007.2090 – 3.3.90.39	521
02.08.01	08.243.0007.2098 – 3.3.90.39	564
02.08.01	08.244.0007.2092 – 3.3.90.39	924

## 10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 10.1. Da Contratante

**10.1.1.** Exigir o cumprimento das obrigações; receber o objeto no prazo e condições; notificar a Contratada sobre vícios ou incorreções; acompanhar e fiscalizar a execução; efetuar o pagamento no prazo; e aplicar as sanções cabíveis.

### 10.2. Da Contratada

**10.2.1.** Cumprir as obrigações deste instrumento e anexos, assumindo os riscos e despesas da boa execução; responsabilizar-se por vícios e danos; reparar/refazer, às suas expensas, serviços com vícios; e manter, durante a vigência, as condições de habilitação.

**10.2.2.** Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, cuja inadimplência não se transfere à Contratante; comunicar ocorrências anormais em até 24 horas; e guardar sigilo das informações obtidas.

**10.2.3.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, observada a vedação do item 4.1.

## 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** Comete infração administrativa o contratado que incorrer nas hipóteses do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (entre outras: inexecução parcial ou total, atraso injustificado, fraude, declaração falsa, conduta inidônea e atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013).

**11.2.** Sanções (art. 156): advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa (arts. 157 e 158).

**11.3.** Multa: (a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; e (b) compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela ou do contrato, conforme a infração, no caso de inexecução parcial ou total.

**11.4.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a extinção do contrato (art. 137, I). As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e não excluem a reparação integral do dano.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

## 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor total estimado é de R\$ 70.003,62 (setenta mil e três reais e sessenta e dois centavos), conforme as tabelas abaixo.

### Item 01 — Desinsetização

Nº	Local	Área (m²)	Valor unit.	Valor 1ª aplic.	Valor 2ª aplic.	Valor total e Ficha
1	Escola Municipal São Simão	2.250	R\$ 1,19	R\$ 2.677,50	R\$ 2.677,50	R\$ 5355,00 ficha312
2	Escola Municipal José Eustáquio Borges	3.800	R\$ 1,19	R\$ 4.522,00	R\$ 4.522,00	R\$ 9.044,00 ficha312
3	Escola Municipal Paulo Jacinto de Mendonça	1.000	R\$ 1,19	R\$ 1.190,00	R\$ 1.190,00	R\$ 2.380,00 ficha349
4	CEMEI Vó Tereza	2.100	R\$ 1,19	R\$ 2.499,00	R\$ 2.499,00	R\$ 4.998,00 ficha377
5	Creche Dona Zizica	1.575	R\$ 1,19	R\$ 1.874,25	R\$ 1.874,25	R\$ 3.748,50 ficha377
6	Praça de Esportes Padre José Tavares de Moraes	2.700	R\$ 1,19	R\$ 3.213,00	R\$ 3.213,00	R\$ 6.426,00 ficha467
7	Poliesportivo Vicente Miranda	850	R\$ 1,19	R\$ 1.011,50	R\$ 1.011,50	R\$ 2.023,00 ficha467
8	Poliesportivo Capoeirão / Centro Comunitário Capoeirão	1.100	R\$ 1,19	R\$ 1.309,00	R\$ 1.309,00	R\$ 2.618,00 ficha467
9	Biblioteca Municipal Professor Márcio Jacinto Lopes	290	R\$ 1,19	R\$ 345,10	R\$ 345,10	R\$ 690,20 ficha434
10	Secretaria de Educação	210	R\$ 1,19	R\$ 249,90	R\$ 249,90	R\$ 499,80 ficha283
11	Galpão do Parque Municipal José Virgílio dos Santos	380	R\$ 1,19	R\$ 452,20	R\$ 452,20	R\$ 904,40 ficha488
12	Piscina Municipal de Hidroginástica	200	R\$ 1,19	R\$ 238,00	R\$ 238,00	R\$ 476,00 ficha488
13	Prefeitura Municipal de Japaraíba / Emater	802	R\$ 1,19	R\$ 954,38	R\$ 954,38	R\$ 1.908,76 ficha105



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

Nº	Local	Área (m²)	Valor unit.	Valor 1ª aplic.	Valor 2ª aplic.	Valor total e Ficha
14	Velório Municipal	170	R\$ 1,19	R\$ 202,30	R\$ 202,30	R\$ 404,60 ficha858
15	Policlínica Japaraíba	2.200	R\$ 1,19	R\$ 2.618,00	R\$ 2.618,00	R\$ 5.236,00 ficha903
16	UBS Capoeirão	570	R\$ 1,19	R\$ 678,30	R\$ 678,30	R\$ 1.356,60 ficha903
17	Farmácia Municipal	150	R\$ 1,19	R\$ 178,50	R\$ 178,50	R\$ 357,00 ficha903
18	Secretaria de Políticas Sociais	295	R\$ 1,19	R\$ 351,05	R\$ 351,05	R\$ 702,10 ficha521
19	CRAS unidade (São José)	280	R\$ 1,19	R\$ 333,20	R\$ 333,20	R\$ 666,40 ficha924
20	CRAS unidade 2 (Capoeirão)	613	R\$ 1,19	R\$ 729,47	R\$ 729,47	R\$ 1.458,94 ficha924
21	Conselho Tutelar	82	R\$ 1,19	R\$ 97,58	R\$ 97,58	R\$ 195,16 ficha564
22	Cômodo da Feirinha	160	R\$ 1,19	R\$ 190,40	R\$ 190,40	R\$ 380,80 ficha783
<b>Totais:</b>		<b>21.777</b>	<b>—</b>	<b>R\$ 25.914,63</b>	<b>R\$ 25.914,63</b>	
<b>Valor global do Item 01 (2 aplicações):</b>						<b>R\$ 51.829,26</b>

## Item 02 — Desratização

Nº	Local	Área (m²)	Valor unit.	Valor total	Ficha
1	Escola Municipal São Simão	2.250	R\$ 1,18	R\$ 2.655,00	312
2	Escola Municipal José Eustáquio Borges	3.800	R\$ 1,18	R\$ 4.484,00	312
3	Escola Municipal Paulo Jacinto de Mendonça	1.000	R\$ 1,18	R\$ 1.180,00	349



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

Nº	Local	Área (m²)	Valor unit.	Valor total	Ficha
4	CEMEI Vó Tereza	2.100	R\$ 1,18	R\$ 2.478,00	377
5	Creche Dona Zizica	1.575	R\$ 1,18	R\$ 1.858,50	377
6	Biblioteca Municipal Professor Márcio Jacinto Lopes	290	R\$ 1,18	R\$ 342,20	434
7	Secretaria de Educação	210	R\$ 1,18	R\$ 247,80	283
8	Prefeitura Municipal de Japaraíba / Emater	802	R\$ 1,18	R\$ 946,36	105
9	Policlínica Japaraíba	2.200	R\$ 1,18	R\$ 2.596,00	903
10	Cômodo da Feirinha	160	R\$ 1,18	R\$ 188,80	783
11	UBS Capoeirão	570	R\$ 1,18	R\$ 672,60	903
12	Farmácia Municipal	150	R\$ 1,18	R\$ 177,00	903
13	Secretaria de Políticas Sociais	295	R\$ 1,18	R\$ 348,10	521
<b>Totais:</b>		<b>15.402</b>	<b>—</b>	<b>R\$ 18.174,36</b>	

**Valor global estimado da contratação: R\$ 70.003,62 (setenta mil e três reais e sessenta e dois centavos).**

Japaraíba/MG, 12 de maio de 2026.

Helder de Carvalho Reis  
Secretário Municipal de Administração e Governo



## APÊNDICE ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos (desinsetização e desratização)

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os estudos para a contratação da solução que atenderá à necessidade adiante especificada, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O objetivo é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a solução mais vantajosa para supri-la.

### 1. INFORMAÇÕES

ETP sigiloso: ☐ Sim ☒ Não.

### 2. NECESSIDADE

#### 2.1. Descrição da necessidade

2.1.1. A Administração Municipal de Japaraíba/MG é responsável por manter suas instalações públicas em condições adequadas de funcionamento, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos profissionais e usuários.

2.1.2. Identificou-se a necessidade de contratação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, desinsetização e desratização dos prédios pertencentes à Administração Municipal, conforme descrito neste documento.

#### 2.2. Área Requisitante

Área Requisitante	Função	Responsável
Secretaria Municipal de Administração e Governo	Secretário Municipal	Helder de Carvalho Reis

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**3.1. Requisitos legais:** deverão ser observadas todas as normas atinentes ao objeto, em especial a Resolução da Diretoria Colegiada — RDC nº 622, de 09/03/2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e eventual norma que a altere ou substitua, bem como a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as normas ambientais aplicáveis.

**3.2. Requisitos de manutenção:** a manutenção e a assistência técnica dos equipamentos necessários à prestação serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo equipamentos e materiais estar em perfeito estado de conservação.

**3.3. Requisitos de segurança:** os funcionários da Contratada deverão observar as regras de segurança, circulação e identificação nas instalações municipais e a legislação pertinente, fornecendo a Contratada os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários.

**3.4. Requisitos socioambientais:** durante a execução, os funcionários deverão observar urbanidade e zelo com o patrimônio público. Os produtos não poderão conter substâncias perigosas acima do permitido, causar manchas ou danos, devendo ser inofensivos à saúde



humana e estar aprovados pela ANVISA; a destinação de recipientes e resíduos observará a RDC nº 622/2022 e demais normativos.

**3.5. Requisitos profissionais:** os profissionais que executarão os serviços deverão ser tecnicamente capacitados.

**3.6. Metodologia de trabalho:** a Contratada programará a execução em data e horário que não prejudiquem o funcionamento das repartições, mediante cronograma previamente aprovado por cada gestor local.

**3.7. Qualificação técnica:** a Contratada deverá apresentar comprovante de licenciamento junto às autoridades sanitária e ambiental competentes (art. 4º e parágrafo único da RDC nº 622/2022) e indicar responsável técnico devidamente habilitado, com registro no respectivo conselho profissional (art. 7º, §§ 1º e 2º, da RDC nº 622/2022). Tais exigências serão reproduzidas como requisitos de habilitação no Termo de Referência.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

##### 4.1. Levantamento de mercado e da solução

4.1.1. A solução mais eficiente para o atendimento da necessidade é a contratação de empresa especializada, sob a forma de execução indireta, em serviço de natureza continuada, pelo período inicial de 12 (doze) meses, prorrogável nos limites legais.

4.1.2. A execução da desinsetização será realizada em 2 (duas) aplicações semestrais, com intervalo de 180 (cento e oitenta) dias entre elas. A desratização será realizada mediante instalação de caixas porta-isca em pontos estratégicos, com monitoramento e reposição de iscas a cada 90 (noventa) dias, ou sempre que necessário, durante toda a vigência contratual, assegurada a garantia de refazimento em caso de reinfestação.

4.1.3. O escopo abrange desinsetização, desratização, descupinização e o combate a escorpiões, adotando-se as técnicas de mercado para impedir a instalação e a reprodução de vetores e pragas urbanas.

4.1.4. Poderão ser utilizados, conforme a praga/vetor e o local, os métodos: termonebulização ("fog") em galerias, redes pluviais e esgotos; atomização em tetos, garagens e esgotos; pulverização ("spray") em armários, gavetas, rodapés e frestas; gel inseticida em aparelhos e equipamentos eletrônicos; iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso para roedores; pulverizador e polvilhadeira para formigas, escorpiões, cupins e larvas; e raticidas em pontos estratégicos não acessíveis ao contato humano, com produto inodoro e de eficácia comprovada.

4.1.5. Os métodos, materiais e equipamentos, nas áreas internas e externas, não poderão causar danos à saúde humana e ao meio ambiente, observada toda a legislação federal, estadual e municipal aplicável e os atos da ANVISA.

4.1.6. Para a execução dos serviços de desratização, a contratada deverá disponibilizar e manter **o mínimo de 01 (um) porta-isca a cada 5 metros quadrados**. A distribuição das caixas deverá ser realizada em locais estratégicos, conforme avaliação técnica da contratada, visando garantir a eficiência do controle de roedores. A quantidade estabelecida é mínima, podendo ser ampliada conforme avaliação técnica, sempre que necessário para assegurar a adequada execução dos serviços, visando garantir a efetividade do controle de roedores.

##### 4.2. Análise de riscos





Em atenção ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, mapeiam-se os principais riscos das três fases da contratação:

Fase / Risco	Descrição	Tratamento / mitigação
Planejamento — especificação deficiente	Definição imprecisa de quantitativos (m <sup>2</sup> ), nº de caixas porta-isca ou periodicidade.	Revisão técnica do ETP/TR; definição do nº e distribuição das caixas; padronização do cronograma.
Planejamento — pesquisa de preços falha	Cesta de preços com valores inexequíveis/excessivos ou base inadequada.	Aplicar IN SEGES/ME 65/2021; análise crítica, expurgo de outliers e juntada dos documentos.
Seleção — restrição à competitividade	Exigências de habilitação desproporcionais.	Exigir apenas qualificação técnica pertinente (licença sanitária/ambiental e RT).
Seleção — proposta inexequível	Lances incompatíveis com a execução (insumos/visitas de monitoramento).	Diligência de exequibilidade (art. 59, §§); aferição da composição de custos.
Gestão — inexecução / reinfestação	Falha no controle, reaparecimento de pragas, omissão no monitoramento das iscas.	Garantia de refazimento sem ônus; relatórios técnicos; fiscalização e registro de ocorrências.
Gestão — risco sanitário/ambiental	Uso de produto não autorizado ou aplicação inadequada.	Exigir produtos registrados na ANVISA; receituário e responsável técnico; observância à RDC 622/2022.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. O metro quadrado (m<sup>2</sup>) é a unidade adotada para aferição do quantitativo e respectivo pagamento, por se tratar de parâmetro objetivo de mensuração. Os quantitativos por unidade estão detalhados nas tabelas abaixo.

**Tabela do Item 01 — Desinsetização (por aplicação)**

Nº	Local	Área (m <sup>2</sup> )
1	Escola Municipal São Simão	2.250
2	Escola Municipal José Eustáquio Borges	3.800
3	Escola Municipal Paulo Jacinto de Mendonça	1.000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

Nº	Local	Área (m²)
4	CEMEI Vó Tereza	2.100
5	Creche Dona Zizica	1.575
6	Praça de Esportes Padre José Tavares de Moraes	2.700
7	Poliesportivo Vicente Miranda	850
8	Poliesportivo Capoeirão / Centro Comunitário Capoeirão	1.100
9	Biblioteca Municipal Professor Márcio Jacinto Lopes	290
10	Secretaria de Educação	210
11	Galpão do Parque Municipal José Virgílio dos Santos	380
12	Piscina Municipal de Hidroginástica	200
13	Prefeitura Municipal de Japaraíba / Emater	802
14	Velório Municipal	170
15	Policlínica Japaraíba	2.200
16	UBS Capoeirão	570
17	Farmácia Municipal	150
18	Secretaria de Políticas Sociais	295
19	CRAS unidade (São José)	280
20	CRAS unidade 2 (Capoeirão)	613
21	Conselho Tutelar	82
22	Cômodo da Feirinha	160
Total por aplicação (m²):		21.777

Considerando 2 (duas) aplicações semestrais, o quantitativo total do Item 01 é de 43.554 m².

## Tabela do Item 02 — Desratização (área coberta)



Nº	Local	Área (m²)
1	Escola Municipal São Simão	2.250
2	Escola Municipal José Eustáquio Borges	3.800
3	Escola Municipal Paulo Jacinto de Mendonça	1.000
4	CEMEI Vó Tereza	2.100
5	Creche Dona Zizica	1.575
6	Biblioteca Municipal Professor Márcio Jacinto Lopes	290
7	Secretaria de Educação	210
8	Prefeitura Municipal de Japaraíba / Emater	802
9	Policlínica Japaraíba	2.200
10	Cômodo da Feirinha	160
11	UBS Capoeirão	570
12	Farmácia Municipal	150
13	Secretaria de Políticas Sociais	295
Total (m²):		15.402

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. As referências de valores foram obtidas em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021, mediante a combinação dos parâmetros do art. 23, § 1º (preferencialmente os incisos I e II — bases de dados oficiais e contratações similares de outros entes), com análise crítica e expurgo de valores inexequíveis ou excessivamente elevados.

6.2. Os documentos da pesquisa de preços integram os autos como anexo deste ETP.

6.3. Apurou-se o valor de R\$ 1,19 por m² para a desinsetização (Item 01) e de R\$ 1,18 por m² para a desratização (Item 02). Considerada a metragem dos prédios públicos e as aplicações previstas, o valor total estimado da contratação é de R\$ 70.003,62 (setenta mil e três reais e sessenta e dois centavos). Pesquisa feita através do Banco de Preços, PNCP – Portal Nacional da Contratações Públicas, sendo média dos preços obtidos.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto será licitado em lote único, com adjudicação pelo menor preço global, justificando-se a não divisão (art. 40, § 3º, e art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021): (i) trata-se de



serviços complementares e correlatos (controle integrado de pragas e vetores), executados nas mesmas unidades e datas; (ii) a execução por uma única empresa especializada e licenciada assegura padronização técnica, ganho de escala, unidade de responsabilidade técnica e fiscalização mais eficiente; (iii) o agrupamento não compromete a competitividade, dada a ampla oferta de empresas aptas no mercado regional.

## **8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES**

8.1. Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade desta demanda.

## **9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

9.1. A contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual e não acarreta aumento de despesa em relação ao PPA, à LDO e à LOA, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

10.1. Pretende-se: a execução por empresa especializada e habilitada pelos órgãos de controle; o emprego de mão de obra qualificada e equipamentos adequados; a ausência de custos com treinamento e administração de pessoal pela Administração; a adoção de especificações usuais de mercado, permitindo a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados; e a obtenção de preço compatível com a finalidade.

10.2. Por se tratar de serviço comum, adotar-se-á a modalidade Pregão, na forma eletrônica, conferindo transparência, impessoalidade e ampla concorrência ao certame. Em razão da essencialidade do serviço, o contrato terá natureza continuada, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. A Administração verificará previamente, com cada gestor local, a rotina de atendimento e funcionamento de cada unidade, de modo a não prejudicar o atendimento ao público e a assegurar a eficiência e a segurança na aplicação dos produtos, preservando a saúde das pessoas que trabalham ou transitam nos imóveis.

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Os produtos utilizados deverão ser autorizados pelos órgãos competentes, de modo a não causar dano à natureza, à saúde ou à segurança das pessoas, conforme normativos da ANVISA, do Ministério da Saúde e do Ministério do Meio Ambiente.

12.2. A Contratada observará os normativos técnicos que disciplinam o objeto, em especial os da ANVISA, responsabilizando-se pela destinação adequada de resíduos e embalagens.

## **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

13.1. A equipe de planejamento declara viável esta contratação.

13.2. Justificativa: com base nas considerações deste ETP, e nos termos do art. 9º, inciso XIII, da IN SEGES/ME nº 58/2022, a contratação atende à necessidade da Administração, observado o custo de mercado, mediante execução com unidade de medida em metro quadrado (m²), de modo a manter as unidades públicas livres de pragas e vetores urbanos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

Japaraíba/MG, 06 de maio de 2026.

Equipe responsável pela elaboração

---

Geraldo Heleno Borges  
Subsecretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pelos responsáveis por sua elaboração, fica devidamente aprovado pela autoridade competente.

---

Helder de Carvalho Reis  
Secretário Municipal de Administração e Governo





**ANEXO II - CONTRATO XXX/2026**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
...../2026, QUE FAZEM ENTRE SI  
POR INTERMÉDIO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JAPARAÍBA E A EMPRESA XXXX

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA com sede na Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 029, centro, na cidade de Japaraíba /MG inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.306.654/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 019/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 044/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a diversas secretarias do Município de Japaraíba/MG, compreendendo a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo no Edital.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o(a) Município de Japaraíba, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total do contrato é de R\$ ..... (.....). conforme tabela abaixo, e ainda mantendo os descontos ofertados em cada item.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Medição: a medição será feita por aplicação efetivamente executada, com base na metragem (m<sup>2</sup>) atendida, mediante Relatório Técnico de Execução e comprovante dos serviços, atestados pela fiscalização. No Item 02, a remuneração contempla a instalação e o monitoramento das caixas porta-iscas ao longo da vigência, sem medição autônoma das visitas de reposição.

6.2. Recebimento: a Administração reserva-se o direito de não receber serviços em desacordo com as especificações.

6.3. Liquidação: recebida a nota fiscal, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação, verificando-se os elementos essenciais do documento (validade, emissão, dados do contrato, período de execução, valor e retenções).

6.4. A nota fiscal será acompanhada das comprovações de regularidade fiscal e trabalhista (Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT).

6.5. Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação, por ordem bancária, efetuadas as retenções tributárias cabíveis.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)



7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços contratados, bem como atestar a Nota Fiscal emitida pela contratada.

7.3. Designar servidor ou comissão responsável para proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, ou, quando for o caso, rejeitá-lo fundamentadamente.

7.4. Exigir o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, inclusive recusando materiais que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas.

7.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme as condições estabelecidas no item "13 – Liquidação" deste Termo de Referência.

7.6. Receber o objeto nas condições, prazos e especificações previstas neste Termo de Referência.

7.7. Notificar a contratada, por escrito, quanto à ocorrência de falhas, vícios ou irregularidades no fornecimento, fixando prazo para a devida correção.

7.8. Aplicar à contratada as sanções administrativas previstas em caso de inexecução parcial ou total do objeto, observados os prazos legais e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.9. Exigir o cumprimento das obrigações; receber o objeto no prazo e condições; notificar a Contratada sobre vícios ou incorreções; acompanhar e fiscalizar a execução; efetuar o pagamento no prazo; e aplicar as sanções cabíveis.

7.10. Demais informações contidas no Termo de referência e edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. A execução do(s) serviço(s) começará a fluir a partir da data de assinatura do Contrato e do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) Prefeitura Municipal de Japaraíba, os serviços deverão ser executados em até 5 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço, em 2 (duas) aplicações semestrais, com intervalo de 180 (cento e oitenta) dias entre elas.

8.2. A desratização (Item 02) será prestada nas unidades indicadas na tabela do Item 02 (item 12), nos respectivos endereços acima

8.3. Reparar, corrigir, substituir ou reexecutar, às suas expensas, quaisquer serviços que apresentem falhas, vícios, defeitos ou que estejam em desacordo com as especificações técnicas e legais aplicáveis.

8.4. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e ambiental exigidas para a contratação.

8.5. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais, comerciais, logísticos e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, sem ônus adicional para o Município.

8.6. Comunicar, por escrito, ao gestor ou fiscal do contrato qualquer fato que possa comprometer a regular execução dos serviços, indicando as medidas corretivas ou alternativas adotadas.

8.7. Informar à contratante, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, qualquer impedimento justificado para a execução das atividades, observando o cronograma estabelecido.

8.8. Os serviços deverão ser prestados, prioritariamente, de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, ou em outro dia e horário previamente agendado com a Administração.

8.9. Utilizar veículos, equipamentos e instalações em conformidade com as normas técnicas e ambientais, zelando pela segurança da equipe, da população e do meio ambiente.

8.10. Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do contrato firmado, do Termo de Referência e das demais normas aplicáveis à execução do objeto.

8.11. Executará a desratização nos locais indicados nas ordens de serviço, mediante instalação e monitoramento de caixas porta-isca com raticidas regularizados, em pontos estratégicos. Serão realizadas inspeções periódicas, com reposição das iscas a cada 90 (noventa) dias ou



sempre que necessário, e medidas atóxicas complementares. O monitoramento e as reposições, ao longo dos 12 meses, integram o preço do Item 02 do termo de referência, como obrigação de resultado, sem ônus adicional.

8.12. Para a execução dos serviços de desratização, a contratada deverá disponibilizar e manter o **mínimo de 01(um) porta-isca a cada 05(cinco) metros quadrados**. A distribuição das caixas deverá ser realizada em locais estratégicos, conforme avaliação técnica da contratada, visando garantir a eficiência do controle de roedores. A quantidade estabelecida é mínima, podendo ser ampliada conforme avaliação técnica, sempre que necessário para assegurar a adequada execução dos serviços, visando garantir a efetividade do controle de roedores.

8.13. Os serviços serão obrigatoriamente refeitos, por execução da garantia, na hipótese de reinfestação ou de ineficácia verificada, sem ônus adicional à Contratante.

8.14. A Contratada fornecerá os produtos, equipamentos e instrumentos necessários, empregando materiais de qualidade (gel, pó químico, inseticida, iscas), conforme a praga/vetor, reconhecidos e aprovados pelos órgãos sanitários competentes.

8.15. Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos competentes e ser inócuo à saúde humana; não se admitirá produto que danifique mobiliário, equipamentos, instalações ou caixas d'água, provoque alergias ou seja nocivo às pessoas.

8.16. A Contratada identificará seus equipamentos e utensílios, para não os confundir com os da Contratante, e não os armazenará nos prédios públicos.

8.17. Apresentar o receituário 2 (dois) dias antes das datas dos serviços, assinado pelo responsável técnico, com as recomendações e os antídotos dos produtos, para informações médicas.

8.18. Comunicar, 2 (dois) dias antes, o produto, o princípio ativo, a dose, os EPIs e os nomes dos técnicos aplicadores, com assinatura do responsável técnico.

8.19. Fixar, em local visível, o comprovante de execução dos serviços imediatamente após a sua realização, e emitir a certificação dos serviços em até 2 (dois) dias úteis.

8.20. Apresentar Relatório dos Serviços com a Nota Fiscal, discriminando locais e datas de início e término, para o atestamento pelo gestor.

8.21. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato, dadas as características do objeto.

8.22. Demais informações contidas no Termo de referência e edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

9.1. Conforme item 10 do edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

10.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



10.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

10.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

10.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

10.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

10.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

10.11. O contratante poderá ainda:

10.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

10.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

10.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou





entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.06.02	12.365.0008.2061 – 3.3.90.39
02.06.05	13.392.0009.2073 – 3.3.90.39
02.06.01	12.122.0008.2046 – 3.3.90.39
02.06.07	27.812.0011.2079 – 3.3.90.39
02.06.07	27.813.0011.2083 – 3.3.90.39
02.05.01	10.301.0005.2024 – 3.3.90.39
02.09.03	15.451.0012.2112 – 3.3.90.39
02.11.01	20.605.0017.2140 – 3.3.90.39
02.08.01	08.244.0007.2090 – 3.3.90.39
02.08.01	08.243.0007.2098 – 3.3.90.39
02.08.01	08.244.0007.2092 – 3.3.90.39

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)**

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comarca de Lagoa da Prata/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Procurador Jurídico

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO 2025/2028

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

## ANEXO DO CONTRATO

### CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO



**ANEXO III- DECLARAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026**

**OBJETO:** Contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a diversas secretarias do Município de Japaraíba/MG, compreendendo a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários.

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021;
6. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. Declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
8. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.**

**NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)**

**CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX**

**RG nº: X.XXX.XXX.X**

**(assinatura e carimbo)**

**OBSERVAÇÃO:** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.